

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em reais)

ATIVO	nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		2.469.176	2.069.705
Caixa e equivalentes de caixa	4	290.389	365.188
Contas a receber	5	1.487.344	1.025.566
Estoques	6	369.524	346.670
Outros créditos	5	5.579	3.965
Despesas pagas antecipadamente	11	316.340	328.317
Não Circulante		9.754.083	3.180.084
Realizável a longo prazo	7	116.168	116.168
Imobilizado	8	9.635.780	3.053.087
Intangível	9	2.136	10.829
TOTAL DO ATIVO		12.223.260	5.249.789

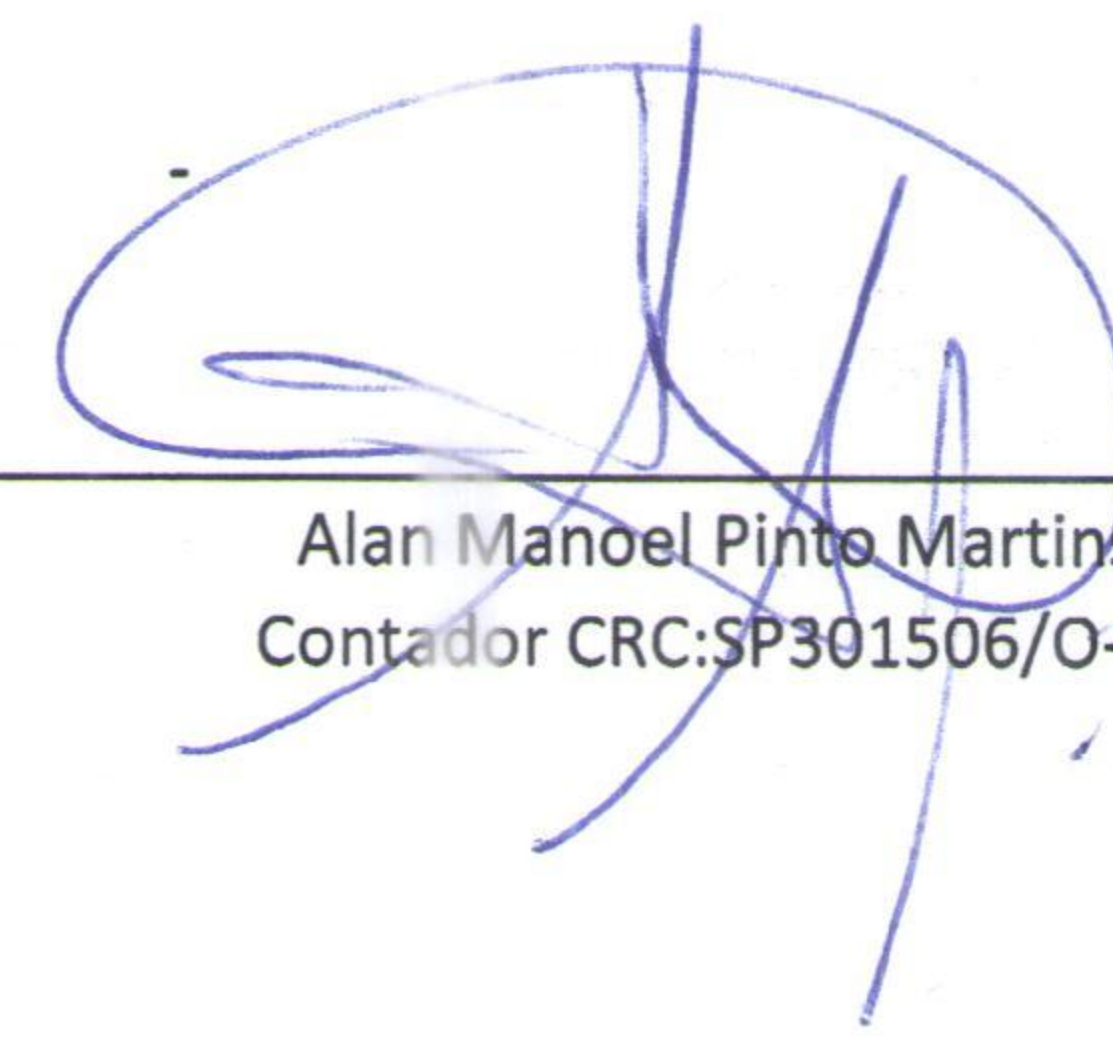
PASSIVO	nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		3.686.828	3.820.588
Empréstimos	12	138.082	106.723
Fornecedores	13	2.221.882	1.535.855
Obrigações tributárias	14	145.555	706.203
Outros Parcelamentos - Reembolsos	11	62.879	328.317
Obrigações sociais e trabalhistas	15	604.362	646.348
Subvenções a realizar		291.957	325.419
Contas a pagar	16	85.563	171.725
Não Circulante		2.651.403	1.727.483
Empréstimos a Longo Prazo		1.059.650	1.197.732
Parcelamentos tributários	10	1.320.803	529.751
Contingências trabalhistas	17	12.100	-
Outros Parcelamentos LP	11	258.850	-
Patrimônio Líquido		5.885.028	(298.282)
Patrimônio social	25	(298.282)	35.355
Ajustes de Exercícios Anteriores	22	(62.646)	166.500
Avaliação Patrimonial	23	6.751.741	-
Déficit Exercício		(505.784)	(500.136)
TOTAL DO PASSIVO		12.223.260	5.249.789

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.



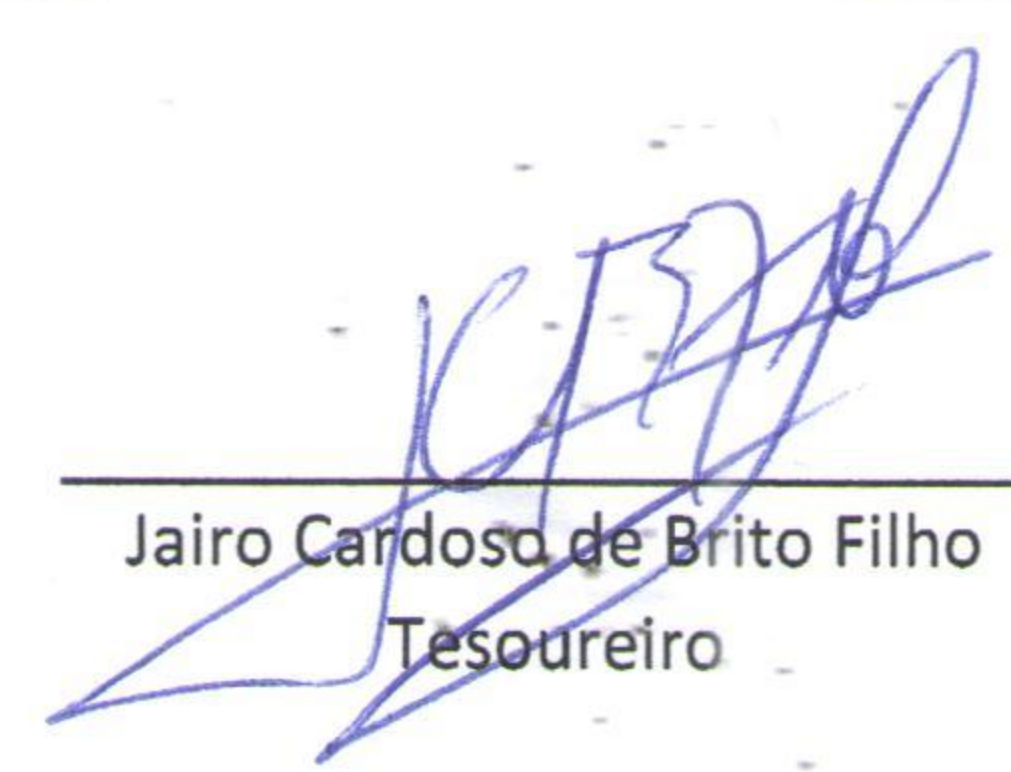
 Rosdinei Antônio Florindo

 Provedor



 Alan Manoel Pinto Martins

 Contador CRC:SP301506/O-8



 Jairo Cardoso de Brito Filho

 Tesoureiro

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em reais)

RECEITAS		31/12/2017	31/12/2016
Receitas Operacionais	nota explicativa	11.017.967	10.542.791
Fundo Munic. Saude Gov.Buritama-MAC SUS		9.312.949	8.820.174
Fundo Munic. Saude Gov.Buritama-FAEC SUS	20	1.872.121	2.016.761
Subvenção Munic. Saude Gov.Buritama-SUS - CONTRATO PA	20	2.674.859	2.019.244
Subvenção Munic. Saude Gov.Buritama-SUS - PRO SANTA CASA	20	847.000	1.090.217
Convênio Especialidades Gov. Buritama-SUS	20	771.000	
Subvenção Munic. Saude Gov.Zacarias-SUS	20	21.660	395.210
Subvenção Munic. Saude Gov.Brejo Alegre-SUS	20	130.000	216.000
Subvenção Munic. Saude Gov.Lourdes-SUS	20	335.490	318.000
Convênio Especialidades Gov. LourdesSUS	20	242.000	254.000
Subvenção Munic. Saude Gov.Turiuba-SUS	20	5.660	91.545
Convênio Especialidades Gov. Turiuba SUS	20	190.080	157.200
Processos Subvenções PM Buritama	20	-	2.148
Receitas de pacientes Convênios	20	-	430.548
Receitas de pacientes Particulares	20	1.602.338	1.367.331
Glosas	20	620.741	466.334
Receitas com Isenção		823.258	777.783
Isenção Usufruída da Cota Patronal	21	517.417	513.178
Isenção Usufruída COFINS		305.841	264.605
Receitas Financeiras		79.359	68.711
Financeiras		79.359	68.711
Receitas Diversas		802.400	876.122
Recuperação de despesas		1.738	1.447
Doações, Incentivos e Campanhas	18	303.810	371.290
Subvenções Estaduais e Federais	20	441.390	436.275
Outras Subvenções		55.462	67.110
DESPEAS		11.523.751	11.042.927
Despesas Operacionais		10.314.481	9.571.273
Despesas com pessoal		2.259.648	2.201.830
Despesas administrativas e gerais		987.777	1.320.415
Serviços prestados por terceiros		6.454.443	5.450.111
Materiais, Medicamentos e Gen. Alimentícios		612.613	598.917
Despesas com Isenções Usufruídas		823.258	777.783
INSS Patronal	21	517.417	513.178
COFINS		305.841	264.605
Despesas Financeiras		366.996	672.577
Financeiras		366.996	672.577
Despesas Diversas		19.016	21.294
Impostos e taxas		19.016	21.294
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(505.784)	(500.136)

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.

Rosdinei Antônio Florindo
Provedor

Jairo Cardoso de Brito Filho
Tesoureiro

Alan Manoel Pinto Martins
Contador CRC:SP301506/O-8

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016**

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Exercícios Anteriores	Resultado do Exercício	Avaliação Patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	488.248	(3.002)	(449.891)	-	35.355
Déficit do exercício de 2015, incorporado ao Patrimônio Social	(449.891)	-	449.891	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores incorporado ao Patrimônio Social	(3.002)	3.002	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores a 2015	-	166.500	-	-	166.500
Déficit do exercício de 2016	-	-	(500.136)	-	(500.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.356	166.500	(500.136)	-	(298.281)
Déficit do exercício de 2016, incorporado ao Patrimônio Social	(500.136)	-	500.136	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores incorporado ao Patrimônio Social	166.500	(166.500)	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores a 2016	-	(62.646)	-	-	(62.646)
Avaliação Patrimonial	-	-	-	6.751.741	6.751.741
Déficit do exercício de 2017	-	-	(505.784)	-	(505.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(298.281)	(62.646)	(505.784)	6.751.741	5.885.028

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações financeiras.

Rosdinei Antônio Florindo
Provedor

Jairo Cardoso de Brito Filho
Tesoureiro

Alan Manoel Pinto Martins
Contador CRC:SP301506/O-8

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

 (método indireto)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Deficit do exercício	(505.784)	(500.136)
depreciações	(253.163)	173.050
Avaliações Patrimoniais	6.751.741	
Ajuste exercício anterior	(62.646)	166.500
Origens Geradas pelas operações	5.930.147	(160.587)
(-) aumento do ativo circulante	(474.270)	(145.277)
Contas a receber	(461.778)	12.335
Estoque	(22.854)	25.721
Outros Créditos	(1.614)	(1.892)
Despesas pagas antecipadamente	11.977	(181.441)
(+) Diminuição do Ativo Não Circulante	-	(16.000)
(+) aumento do passivo circulante e não circulante	896.883	440.386
Fornecedores	686.027	613.252
Obrigações tributárias	(560.648)	243.754
Parcelamentos tributários	136.548	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(41.986)	(151.862)
Outros Parcelamentos - Reembolso	(265.437)	181.441
Subvenções a realizar	(33.462)	(175.864)
Contas a pagar	(86.162)	47.915
Parcelamentos tributários	791.052	(8.503)
Contingências trabalhistas	270.950	(309.747)
Disponibilidades geradas pelas operações	6.352.760	118.522
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Emprestimo (PC)	31.359	24.237
Emprestimo (NC)	(138.082)	(106.723)
Total das Atividades de Financiamentos	(106.723)	(82.485)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de bens do imobilizado	(6.320.837)	(74.528)
Total das Atividades de Investimentos	(6.320.837)	(74.528)
Variação de Disponibilidades	(74.800)	(38.492)
Saldo de Disponibilidades no início do exercício	365.188	403.678
Saldo de Disponibilidades no final do exercício	290.388	365.188

As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações contábeis.

Rosdinei Antônio Florindo

 Provedor

Alan Manoel Pinto Martins

 Contador CRC:SP301506/O-8

Jairo Cardoso de Brito Filho

 Tesoureiro

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores Expressos em reais)**

1) A ENTIDADE

A Santa Casa de Misericórdia São Francisco foi constituída em 21 de agosto de 1960. Sediada no município de Buritama, Estado de São Paulo é uma associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado, para prestar assistência médica e hospitalar.

Com reconhecimento de utilidade pública concedido pelas autoridades federais, estaduais e municipais, também está registrada no CNES n.º 2079461 e com certificação de estabelecimento de entidade beneficente de assistência social em saúde conforme portaria SAS/MS.

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto. A Administração está a cargo de uma Diretoria Executiva composta por 9 (nove) membros eleita pela Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de dois anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão, sendo eles:

- Provedor – Rosdinei Antônio Florindo
- Vice Provedor – João Goulart da Silva Lima
- Segunda Vice Provedor – João Antônio Pio
- Primeiro Tesoureiro – Jairo Cardoso de Brito Filho
- Segundo Tesoureiro – João Antônio dos Santos
- Terceiro Tesoureiro – Walter Jaime Simão Cunha
- Primeiro Secretário – José do Carmo Tadei
- Segundo Secretário – Ademir Munhoz Bruno
- Terceiro Secretário – Antonio Florindo de Oliveira

2) ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e normas e procedimentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para PME e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas a Entidades sem Fins Lucrativos de acordo com a ITG 2002 e também em conformidade com a Lei n.º 6.404/76 e demais normas contábeis. As demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.



Santa Casa de Buritama
1960 - 2010

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82

Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJDC n.º 21 de 14/10/99

Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

- a. **Base de preparação e apresentação** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionado no item 2 acima. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a NBCT 19.41 requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.
- b. **Ativo Circulante** - O ativo circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.
- c. **Moeda de apresentação** - As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais.
- d. **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data finda do balanço.
- e. **Aplicações financeiras** - São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data finda do balanço e não superam o valor de mercado.
- f. **Estoques** - Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização ou preço médio de aquisição.
- g. **Contas a receber** - Estão representadas por valores a receber referente a atendimento Sistema Único de Saúde – SUS, convênios médicos privados, Contratos de Especialidades, particulares e Subvenções municipais.
- h. **Provisão para devedores duvidosos** - A provisão para liquidação duvidosa foi constituída num montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, levando-se em consideração a análise das garantias e riscos de realizações de créditos.
- i. **Despesas pagas Antecipadamente** – Consiste na contrapartida de conta de passivo, reconhecendo dívidas a serem quitadas durante o exercício, onde conforme quitação das mesmas, os respectivos valores quitados são transferidos para despesas.



Santa Casa de Buritama
1960 - 2010

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82

Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJDC n.º 21 de 14/10/99

Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

- j. **Ativo Não Circulante**
- k. **Imobilizado** - É demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações estão sendo calculadas pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil e econômica dos bens.
- l. **Intangível** - Inclui direitos de uso de "software", sendo amortizado na base de 20% a.a, e patentes.
- m. **Passivo Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos.
- n. **Fornecedores** - São obrigações referentes aquisições de bens, materiais, medicamentos e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente.
- o. **Empréstimos** - Refere-se a Empréstimos Bancários, reconhecidos pelo valor contratual acrescido de juros e taxas administrativas sobre os empréstimos, sendo amortizado mensalmente o montante do Empréstimo conforme quitação de parcelas, e transferido as despesas com juros de cada exercício para as contas de Resultado.
- p. **Férias a Pagar** - Constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.
- q. **Passivo Não Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos incorridos.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2017	2016
Caixa	3.937	4.242
Bancos conta movimentos	81.844	197.981
Aplicações financeiras	<u>204.609</u>	<u>162.965</u>
Total	290.389	365.188

Observação: Dos valores apresentados em bancos e aplicações, R\$ 19.305,45 São vinculados ao Projeto Acolhe Santa Casa, recurso esse destinado a reforma e investimento.

R\$73.984,41 São vinculados ao Caução de duas parcelas do Empréstimo junto a Caixa Econômica Federal, onde no final do Empréstimo em curso serão resgatados e aplicados na Entidade.

Demais recursos são referente recurso de contratos que foram repassados na última semana de 2017.



Santa Casa de Buritama
1960 - 2010

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82
Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJDC n.º 21 de 14/10/99
Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

5) CONTAS A RECEBER

Descrição	2017	2016
Fundo Municipal Saúde Buritama-SUS	834.328	553.520
Subv.Prefeitura de Buritama	0	0
Subv.Prefeitura de Turiuba	13.200	13.200
Subv.Prefeitura de Lourdes	22.000	0
Subv.Prefeitura de Zacarias	1.110	1.110
Pro – Santa Casa	10.750	10.750
Prefeitura Nova Castilho	24.801	0
Prefeitura Santo Antonio do Aracanguá	4.791	0
Convênios	441.044	422.190
Particulares	16.083	15.890
(-)Provisão para perdas	(14.175)	(14.175)
Outros Contas a Receber	133.412	23.071
Total	1.487.344	1.025.566
Outros Créditos	5.579	3.965

6) ESTOQUES

Com o sistema MV2000i, o trabalho de cotas de abastecimentos e os treinamentos e reuniões com os colaboradores, fazem com que a entidade tenha um melhor controle dos seus estoques. Para assegurar todos os processos de compra, assim como uma economia nos preços, a entidade também conta com o sistema de compras online da Bionexo.

São realizadas mensalmente contagens cíclicas dos setores para acompanhamento e controle das atividades, bem como inventário geral realizado nas últimas semanas de dezembro.

Descrição	2017	2016
Drogas e Medicamentos	98.924	88.604
Material Hospitalar	143.495	134.840
Material Administrativo	11.587	11.366
Material Higiene e Limpeza	11.881	14.558
Tecidos e uniformes	1.702	0
Manutenção Geral	1.068	406
Material para Cozinha	3.695	3.514
Gêneros Alimentícios	12.554	11.925
Empréstimos concedidos mat/med	84.619	81.458
Total	369.524	346.670

Obs. Empréstimos Concedidos Mat/med refere-se a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares, destinados a Santas Casas, UBS e Prefeituras.



Santa Casa de Buritama
1960 - 2010

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82
Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJDC n.º 21 de 14/10/99
Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

7) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os processos cíveis e trabalhistas ainda estão tramitando. O INSS refere-se a depósitos mensais em juízo até que saia o parcelamento. O não depósito em juízo acarreta além de dívidas a entidade, bloqueio de certidões vinculadas a Receita Federal.

Descrição	2017	2016
Depósitos judiciais – cíveis	500	500
Depósitos judiciais – trabalhistas	43.558	43.558
Depósitos judiciais – INSS	72.110	72.110
Total	116.168	116.168

8) IMOBILIZADO

Conta	Taxa Média Depr.	Valor Original	Transf. Aquisições	Transf. Baixas	Valor Original	Depreciação Acumulada	Saldo líquido 31/12/2017	Saldo líquido 31/12/2016
EDIFICACOES	4%	372.421		(372.421)	-	-	-	273.550
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10%	230.495	8.522		239.017	(161.265)	77.752	92.812
MÓVEIS E UTENSILIOS	10%	178.819			178.819	(131.892)	46.928	64.810
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	20%	24.998	1.204		26.202	(25.170)	1.032	-
CONSTRUÇÕES -SUBV.I	0%	256.687			256.687	-	256.687	256.687
CONSTRUÇÃO TA 02/2012	0%	24.073			24.073	-	24.073	24.073
MAQ E EQUIP SUBV	10%	188.210			188.210	(132.905)	55.305	72.557
MAQ E EQUIP. SUBV - 357/2014	10%	199.351			199.351	(63.128)	136.223	156.158
MAQ E EQUIP. SUBV- 750275-2010	10%	119.300			119.300	(51.697)	67.603	79.533
TERRENOS	0%	598.294	3.973.764		4.572.058	-	4.572.058	598.294
EDIFICIOS	4%	1.516.438	3.150.398	(461.505)	4.205.331	-	4.205.331	1.199.029
MÓVEIS E UTENSILIOS	10%	193.550			193.550	(135.427)	58.123	77.478
EQUIP.E APARELHOS CIRURGICOS	10%	280.968			280.968	(225.545)	55.423	83.520
EQUIP.HOSPITALARES	10%	143.255	20.300		163.555	(85.617)	77.938	73.486
VEICULOS	20%	80.762			80.762	(80.762)	-	-
EQUIP.DE INFORMATICAS	20%	156.908	575		157.483	(156.992)	491	-
LINHA TELEFONICAS	20%	1.110			1.110	(1.110)	-	-
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	20%	2.869			2.869	(2.056)	813	1.100
Subtotal		4.568.508	7.154.764	(833.927)	10.889.345	(1.253.566)	9.635.780	3.053.087

Intangível

Sistemas de Informática	20%	41.183	-	41.183	(39.047)	2.136	20.829
Total		4.609.691	7.154.764	(833.927)	10.930.528	(1.292.612)	9.637.916

De acordo com o art. 183 da Lei 6.404/76, as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, devem ser avaliados pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.

Com base na NBC TG 1000 e NPA 14, a entidade contratou empresa especializada para realizar Avaliação Patrimonial do Prédio e Terreno, trazendo a valor presente conforme abaixo:

SALDO CONTÁBIL 30/11/2017

ESTRUTURADO	DESCRIÇÃO	SALDO
1.2.2.01.006.00002	EDIFICAÇÕES	372.421,40
1.2.2.01.007.00001	DEPREC. ACUM. DE EDIFICAÇÕES	- 113.767,80
	SALDO ATUAL	258.653,60
1.2.3.01.001.00002	EDIFÍCIOS	1.516.437,91
1.2.3.01.002.00002	DEPRECIACAO DE EDIFÍCIOS	- 347.737,34
	SALDO ATUAL	1.168.700,57
1.2.3.01.001.00001	TERRENOS	598.293,70
	TOTAL	2.025.647,87

VALOR PRESENTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL 31/12/2017

EDIFÍCIOS	4.205.331,14
TERRENOS	4.572.057,60
TOTAL	8.777.388,74

9) INTANGÍVEL

Demonstrado com base no custo original:

Descrição	Depreciação	2017	2016
Softwares	10%	41.182	31.183
(-) Depreciações Acumuladas		(39.047)	(20.354)
Total do Intangível		2.136	11.802



Santa Casa de Buritama
1960 - 2010

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82

Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJDC n.º 21 de 14/10/99

Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

10) PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

	<u>CURTO PRAZO</u>	<u>LONGO PRAZO</u>
Parcelamento de Cofins-Proc.2332/2007	-	192.755
Parcelamento de FGTS de 2005	-	43.027
Parcelamento de IRRF-Proc.2332/2007	-	110.887
Parcelamento de Pis-Proc.2332/2007	-	8.632
Parc. Proc. 2017 IRRF – 60 parcelas.	41.127	154.227
Parc. Proc. 2017 CSLL – 60 parcelas	89.613	336.047
Parc. Proc. 2017 PIS – 60 parcelas	5.808	21.781
Parc. Proc. 2017 INSS – 60 parcelas	-	272.856
Parc. FGTS 03/2016 a 02/2017	-	180.590
TOTAL	136.548	1.320.803

Observação: Para renovação das Certidões, foi realizado no ano de 2017 parcelamentos e reparcelamentos tributários, previdenciários e de Fundo de Garantia.

11) OUTROS PARCELAMENTOS

Parcelamentos refere-se a Reembolso de Convênio a Prefeitura Municipal de Zacarias, no montante de R\$ 321.730, referente irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em face de repasses de Subvenções Sociais para o período de 2007 e 2008.

<u>Descrição</u>	<u>PC</u>	<u>PNC</u>
Processo 2007	28.297	102.408
Processo 2008	34.582	156.442
Total	62.879	258.850

12) EMPRÉSTIMOS

<u>Descrição CEF (84x Juros .26%a.a e 2,17% a.m.(saldo 71 parc.)</u>	<u>PC</u>	<u>PNC</u>
Empréstimo	434.257	1.700.841
Juros s/ Empréstimo	(296.175)	(641.191)
Total	138.082	1.059.650

Observação: Empréstimo Caixa Econômica Federal foi realizado em Novembro/2015, onde o mesmo é vinculado ao recebimento dos Repasses do SUS – Sistema Único de Saúde.

13) FORNECEDORES

Apropriados pelo efetivo recebimento de bens, materiais ou serviços no valor de (R\$ 2.213.942), sendo (R\$1.242.039) referentes aos serviços de SUS e Convênios, além do serviço de glaucoma da Oftalmo prest nos meses 10, 11 e 12/2017, que serão repassados pelo Estado no exercício de 2017.



Santa Casa de Buritama
1960 - 2010

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO

Declarado de Utilidade Pública Federal – Decreto n.º 86.871 de 25/01/82
Declarado de Utilidade Pública Estadual – Res. SJDC n.º 21 de 14/10/99
Declarado de Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 179 de 09/11/62

CNPJ n.º 44.435.451/0001-27

14) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2017	2016
IRRF a recolher	67.930	199.497
PIS a recolher	3.897	1.960
PIS, COFINS e CSLL retidos a recolher	70.754	502.221
ISS	2.973	2.526
Total	145.555	706.203
Parcelamento Tributário CP	136.548	-
Total Geral	282.103	706.203

15) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2017	2016
Salários a pagar	118.508	110.749
Rescisões	2.474	1.625
INSS a recolher	52.861	79.254
FGTS a recolher	113.985	149.303
Férias	279.304	267.131
FGTS s/ Provisão férias	22.344	21.370
PIS s/ Provisão Férias	2.793	2.671
Outras	10.094	5.959
Total	602.362	798.209

16) CONTAS A PAGAR

- O valor de (R\$85.563) refere-se a créditos de médicos (pessoa física) e outras pequenas contas a pagar de 2017.

17) CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS e CÍVEIS

Foi constituída em 2017 as provisões para contingências no montante julgado necessário, de acordo com a avaliação de riscos elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos diversos processos de natureza trabalhista, cível e fiscal que a Entidade figurava como ré. Em 2017 a entidade realizou todos os ajustes necessários dos processos existentes de acordo com a avaliação e relatório fornecido pela assessoria jurídica com início dos recolhimentos trabalhistas.

Descrição	2017	2016
saldo anterior	12.100	
Ações trabalhistas		
saldo atual	12.100	

18) RECEITAS COM DOAÇÕES, INCENTIVOS e EVENTOS.

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos Cupons Fiscais	15.943	18.935
Doações Particulares	57.558	76.190
Leilões, Festas Culturais e Rifas	184.633	190.294
Receita EducaSUS	23.854	47.709
Projeto Acolhe Santa Casa	21.821	38.163
Total	303.810	371.290

Obs.: O leilão de gado programado para 12/2015 foi transferido e realizado em 01/2016 por motivos de datas, sendo assim, a receita referente o leilão de Gado de 2015 será reconhecida no Exercício de 2016.

19) RECEITAS COM SUBVENÇÕES ESTADUAIS

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pró-Santa Casa II	441.390	436.275
Total	441.390	436.275

Observação: A conta Pró-Santa Casa II é composta por recebimentos vinculados ao Pró Santa Casa (Estado) e contrapartida dos Municípios.

20) RECEITAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>%</u>	<u>2016</u>	<u>%</u>
SUS	7.089.870	76,13%	6.990.873	79,26%
NÃO SUS (Convs./partics.(-)glosas)	2.223.079	23,87%	1.829.302	20,74%
Total	8.820.174	100%	8.820.174	100%

21) ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao parágrafo segundo do artigo 11 da Lei 12101/09, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante os exercícios de 2017 e de 2016:

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Inss – Cota Patronal	517.417	513.179
Cofins	305.841	264.605
	823.258	777.783

22) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

São ajustes em receitas e despesas que nos exercícios anteriores não foram contabilizadas no período ou indevidamente.

23) AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Realizado para o exercício de 2017, avaliação patrimonial de Terrenos e Edifícios, onde o valor avaliado superior ao contabilizado no Ativo Imobilizado, é lançado diretamente no subgrupo patrimônio Líquido para que não seja alterado o resultado do exercício.

Avaliação realizada com base por empresa especializada, com base nas NBC TG 1000 (R1) em conformidade com demais normas contábeis vigentes.

24) COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade não mantém cobertura de seguros para os seus bens móveis e imóveis para cobrir eventuais sinistros.

25) PATRIMÔNIO SOCIAL

Representa o patrimônio inicial da Santa Casa de Misericórdia São Francisco acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes apurados anualmente desde a data de sua constituição. O resultado apurado em cada exercício, consoante previsão estatutária, é incorporado ao Patrimônio Social após a aprovação da Assembleia Geral.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

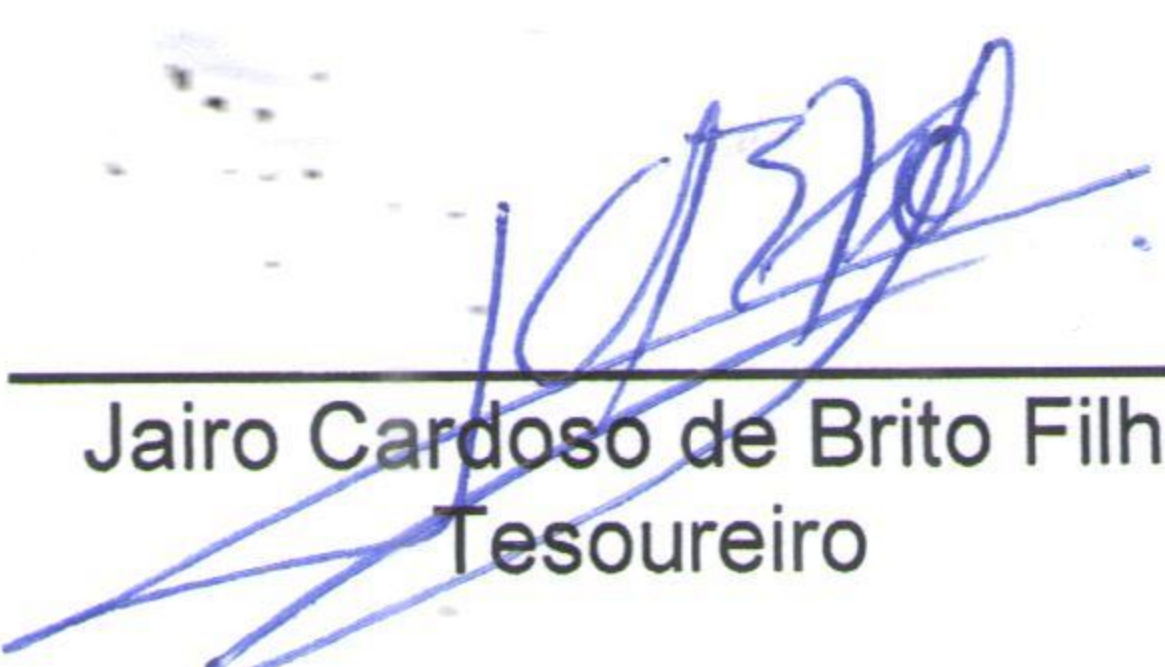
Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades competentes, durante prazos prescricionais de acordo com a legislação aplicável em vigor.



Rosdinei Antônio Florindo
Provedor



Alan Manoel Pinto Martins
Contador
CRC:301506/O-8



Jairo Cardoso de Brito Filho
Tesoureiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da **Santa Casa de Misericórdia São Francisco de Buritama**, tendo examinado o **BALANÇO PATRIMONIAL**, correspondente ao período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017, assim como, os demais documentos referentes às transações Sociais da Entidade e ainda, considerando a opinião com ressalva do parecer da auditoria independente, damos o **PARECER** de que as demonstrações contábeis representam a posição patrimonial da Santa Casa de Misericórdia São Francisco e que sejam aprovadas pela Assembleia Geral na reunião ordinária anual as referidas contas e balanço apresentados, pelo que assinamos.

Buritama-SP, 24 de Abril de 2018.



José Antonio Marchiote



Wagner Dorizete de Faria



Luciano Fernando Penteado



RODRIGUES & ROSSETO

sociedade de advogados

"BALANÇO PATRIMONIAL"

Interessado: **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO**

Assunto: **Parecer Jurídico Geral**

PARECER JURÍDICO

I – CONSULTA

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO, formulou-nos consulta quanto ao **BALANÇO PATRIMONIAL** de 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

- 1) O **BALANÇO PATRIMONIAL** e as demonstrações contábeis devem sempre representar a real posição patrimonial da Entidade.
- 2) A Auditoria realizada concluiu que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 3) Salvo melhor Juízo e ressalvado a não vinculação ao entendimento exarado neste parecer, entendemos que os Balanços Patrimoniais não contem qualquer irregularidade ou ilegalidade.

Visando atribuir segurança jurídica, OPINO para que seja elaborado plano de trabalho que venha inibir e reverter eventual déficit e grau de endividamento, para que as atividades da Entidade não sejam comprometidas.

Ante o exposto, com ressalvas aos apontamentos destacados na Auditoria independente, o parecer, salvo melhor Juízo, é pela legalidade e regularidade do Balanço Patrimonial, estando o mesmo em consonância com o ordenamento jurídico vigente.

III – DA CONCLUSÃO



RODRIGUES & ROSSETO

sociedade de advogados

Diante do exposto, observadas a cautelas previstas na Lei, salvo melhor juízo, entendemos que no caso em apreço, referidas contas e balanço apresentados devem ser aprovados pela Assembleia Geral na reunião ordinária anual nos termos do que prevê o Estatuto Social vigente.

Este é o meu parecer.

Araçatuba, 25 de abril de 2018.

WESLEY EDSON ROSSETO
ADVOGADO – OAB/SP 220.718



ACS AUDITORES

Alberto Francisco Costa

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Provedor da
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO
Buritama (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2017** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA SÃO FRANCISCO** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Endereço: Rua Alameda Serra Agudos, 74 – Jd Ipanema, Araçatuba– Cep 16.052-045 Fone (18) 8121 7090 ou 3608 5058
e-mail: alberto@acsauditores.com.br



ACS AUDITORES

Alberto Francisco Costa

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e Médias Empresas e Entidades sem Fins Lucrativos, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



ACS AUDITORES

Alberto Francisco Costa

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba (SP), 20 de abril de 2018.

ALBERTO F. COSTA

Contador CRC - 1SP164292/O-0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Endereço: Rua Alameda Serra Agudos, 74 – Jd Ipanema, Araçatuba– Cep 16.052-045 Fone (18) 8121 7090 ou 3608 5058
e-mail: alberto@acsauditores.com.br